

As janelas do condomínio trazem proteção ou dúvida se está dentro de uma prisão¹: o caso de uma PPP habitacional na Cracolândia em São Paulo

The windows from the condominium bring protection or question if you are inside a prison: the case of a housing PPP of Cracolândia in São Paulo

**Ingrid Cristine Rodrigues Nascimento¹,
Stella Maris Nunes Pieve²**

1. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (USP), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Territorial (GEDUR-UFRRJ). Orcid: 0000-0002-2631-859X. ingriid.cristine@gmail.com

2. Antropóloga, Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDT/UFRRJ). Orcid: 0000-0003-4109-8000. stellapieve@gmail.com

Resumo: O medo e insegurança provocados pela violência urbana são usados como justificativa para legitimar medidas de vigilância e monitoramento de modo que a segregação socioespacial se torna uma das maneiras de proteção na forma de enclaves fortificados. Para ilustrar essa narrativa foi selecionado

1. Referência à música "Minha Alma (A paz que eu não quero)", da banda O Rappa.

como estudo de caso o empreendimento habitacional de interesse social do Complexo Júlio Prestes, que faz parte da Parceria Público-Privada Habitacional, localizado na área de influência da Cracolândia em São Paulo. A chegada desses novos moradores transformou o Complexo em um enclave fortificado contendo rígido sistema de segurança, presença de altos muros e janelas fechadas com grades nos apartamentos. Essas medidas foram tomadas para protegê-los do contexto violento que foram inseridos utilizando a segregação como solução. A metodologia utilizada consistiu na pesquisa documental nos veículos de comunicação e análise dos editais expedidos pelos órgãos públicos, além da realização de entrevistas *on-line* com os moradores utilizando roteiro semiestruturado para compreender suas percepções em relação a segurança e habitabilidade urbana. Por fim, foram feitas visitas de campo dentro do condomínio e na região do entorno no intuito de compreender as dinâmicas territoriais.

Palavras-chave: Enclave fortificado; Cracolândia; Violência urbana; Controle de área; PPP habitacional.

Abstract: The fear and insecurity caused by urban violence are used as a justification to legitimize surveillance and monitoring measures so that socio-spatial segregation becomes one of the forms of protection in the form of fortified enclaves. To illustrate this narrative, the Júlio Prestes Complex social housing project, which is part of the Public-Private Housing Partnership, located in the area of influence of Cracolândia in São Paulo, was selected as a case study. The arrival of these new residents transformed the Complex into a fortified enclave containing a rigid security system, the presence of high walls and closed windows with bars in the apartments. These measures were taken to protect them from the violent context that was inserted using segregation as a solution. The methodology used consisted of documentary research in the media and analysis of public notices issued by public agencies, in addition to conducting online interviews with residents using a semi-structured script to understand their perceptions regarding security and urban habitability. Finally, field visits were made within the condominium and in the surrounding region

in order to understand the territorial dynamics.

Keywords: Fortified enclave; Cracolândia; Urban violence; Area control; Housing PPP.

Introdução

Um conceito que ajuda a compreender a expressão das relações sociais no espaço físico é o de “segregação” que, segundo Villaça (2011), pode ser entendida como um processo em que diferentes classes ou categorias sociais tendem a se concentrar em regiões ou conjuntos de bairros. Caldeira (2011) afirma que a segregação urbana contemporânea é complementar à questão da violência urbana, visto que o medo do crime é usado para legitimar medidas progressivas de segurança e vigilância, gerando estereótipos e classificando diferentes grupos sociais como perigosos.

As novas morfologias urbanas formadas pelo medo da violência urbana geram novas formas de sociabilidade que se opõe ao espaço público como local de encontros e socialização. Caldeira (2011) defende que a sociedade que produz esse tipo de segregação é atravessada por processos societários inéditos e novas formas de sociabilidade, subjetivação e construção de identidades, além de novos padrões de mobilidade e acesso aos espaços urbanos e seus serviços. Ademais, também existem as distintas redes sociais entre a dinâmica familiar, os espaços de lazer e consumo, além da crescente ilegalidade entre formas diversas de criminalidade e o tráfico de drogas.

A Cracolândia em São Paulo, localizada no bairro Campos Elíseos, é uma área em que os veículos de comunicação e imprensa destacam como características territoriais os altos níveis de violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas. A região, pertencente ao distrito de Santa Cecília, possui amplas estruturas e serviços urbanos por estar na região central da cidade. Todavia as contradições territoriais são iminentes pelas desigualdades sociais, com a presença de imóveis degradados, habitações precárias e situações de vulnerabilidade social por meio de pessoas em situação de rua, dependentes químicos e pessoas sem rendimentos.

Essa área foi escolhida pela gestão pública para implementar o primeiro

lote da Parceria Público-Privada (PPP) Habitacional. O programa, do Governo do Estado de São Paulo, possui quatro objetivos: a) ocupar áreas ociosas; b) repovoar e revitalizar² o Centro; c) reduzir deslocamento dos trabalhadores e; d) aproveitar infraestrutura existente (SEH, 2014). Dessa forma, tem-se como produto do programa oferta de apartamentos de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP), além de fazer parte do escopo a construção de equipamentos públicos e revitalização de espaços públicos que visam requalificar a área central da cidade.

O condomínio residencial da PPP Habitacional no território do Campos Elíseos foi denominado de Complexo Júlio Prestes no qual trouxe novos moradores gerando novo padrão de segregação socioespacial baseado nos enclaves fortificados. Essa segregação, estudada por Caldeira (2011), surge para proteger (ou aprisionar) os moradores de contextos marcados pela violência, criminalidade e uso de drogas.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivos investigar o quanto a segregação urbana está atrelada a contextos violentos e como o uso da violência pode exercer um controle sobre determinada área e as pessoas que a habitam. Para ilustrar essa contribuição, foi selecionado o empreendimento habitacional de interesse social denominado Complexo Júlio Prestes que faz parte da PPP Habitacional localizada na área de influência da Cracolândia. O desafio aqui proposto consistiu em elaborar um panorama das políticas públicas pelas quais passou a territorialidade da Cracolândia, alinhando com a dinâmica que perfaça o controle do território e das pessoas.

Por conta da pandemia ocasionada pela COVID-19 que se alastrou mundialmente no ano de 2020, as interações e aproximações com o objeto de estudo tiveram que ser alteradas e as aproximações ocorreram majoritariamente em ambiente virtual. Essa decisão foi baseada no que Miller (2020) argumentou sobre a necessidade de refletir sobre formas de conduzir pesquisas durante o isolamento social, tendo como base interação *on-line* ou nas mídias sociais.

2. A PPP se tornou uma das grandes estratégias da gestão para revitalizar o centro considerado uma localidade degradada. Saiba mais em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,ppp-e-nova-arma-para-tentar-revitalizar-o-centro,860799>.

Assim, foi realizada uma etnografia virtual nas comunidades virtuais que permeavam o universo de análise da pesquisa. Segundo Mercado (2012), a etnografia virtual conhecida como webnografia, ciberantropologia, netnografia, etnografia digital, dentre outras, estuda as práticas sociais na internet dos participantes. O uso desse método permite um estudo detalhado das relações nos espaços virtuais nos quais a internet surge como uma interface cotidiana da vida das pessoas e lugar de encontro.

Selecionaram-se duas comunidades virtuais consideradas mais pertinentes ao objetivo da pesquisa na plataforma virtual do *Facebook* sendo essas: “Complexo Júlio Prestes” e “PPP Habitacional SP Lote 1”. Os critérios para a escolha dessas comunidades se referem à seleção de grupos de discussão *on-line* nos quais estivessem presentes os beneficiários do Complexo Júlio Prestes centrados nas discussões que permeassem aspectos sobre o condomínio, acesso a moradia e situação de entorno.

Nesse primeiro momento de aproximação e formação das iniciais impressões foi realizada uma abordagem de observação não participativa. O objetivo desse método consistiu na observação de interações no intuito de realizar um mapeamento das questões preponderantes do grupo e identificar os possíveis beneficiários para a etapa de entrevista.

As entrevistas foram realizadas em ambiente virtual com moradores utilizando roteiros semiestruturados de pesquisa para analisar as percepções quanto ao fator de habitabilidade urbana que consiste em identificar o posicionamento do entrevistado em relação a área de influência que o conjunto habitacional está inserido (BONDUKI, 2001). Já as análises de campo ocorreram a partir de visitas guiadas pelos moradores dentro do Complexo e na região do entorno. Além disso, foi realizada uma pesquisa documental mapeando matérias divulgadas pelos veículos de comunicação e análise dos documentos oficiais do Complexo como Edital de Concorrência associado a pedido de informação via Lei de Acesso à Informação (LAI).

O artigo está estruturado em três seções: a primeira aborda um mapeamento das ações coercitivas na Cracolândia para controlar o território. A segunda apresenta a análise dos moradores do Complexo Júlio Prestes em

relação a percepção de entorno, formas de mobilização e identificação de padrões de segregação. Por fim, a última apresenta as considerações finais do artigo.

“Cracolândia” no Campos Elíseos: o controle de um território por meio da violência

A Cracolândia, também denominada “fluxo”³, se configurou como um território urbano com aspectos que denotam interferência de múltiplas linhas de força, disputas e interesses. Devido a este fato, não é à toa que pesquisas recentes têm sido produzidas sobre esses cenários com enfoques variados, os quais perpassam: os circuitos de uso de crack e os dilemas da saúde (RAUPP, ADORNO, 2011); os conflitos e disputas em torno da eficácia de distintos modelos de tratamento, da Redução de Danos à internação em Comunidades Terapêuticas (RUI, 2016); as disputas em torno da “revitalização” urbana (FRÚGOLI, SKLAIR, 2009); as relações entre corpo, abjeção e cuidado (RUI, 2012); a prostituição feminina na Luz (SILVA, 2000); e o impacto que a opinião pública, o debate midiático e o discurso médico influenciam o debate sobre drogas (FIORE, 2007).

O termo Cracolândia foi usado pela primeira vez pelo jornal “O Estado de São Paulo” em 1995, em uma reportagem sobre apreensões e prisões relacionadas às drogas por parte da Delegacia de Repressão ao Crack, fundada pelo governador Mário Covas (PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA). No Brasil, as evidências apontam que o crack surgiu nos anos de 1980/90 na periferia⁴ de São Paulo em regiões de exclusão social que absorveram o uso da droga, tendo migrado para a região da Luz / Campos Elíseos / Santa Efigênia conhecida como Cracolândia. Embora o seu uso passe por distintas classes sociais, é comum apresentar características relacionadas às vulnerabilidades

3. Uma alusão ao fato da população de usuários de crack ser inconstante e variável, conforme apontado na obra de Rui (2016).

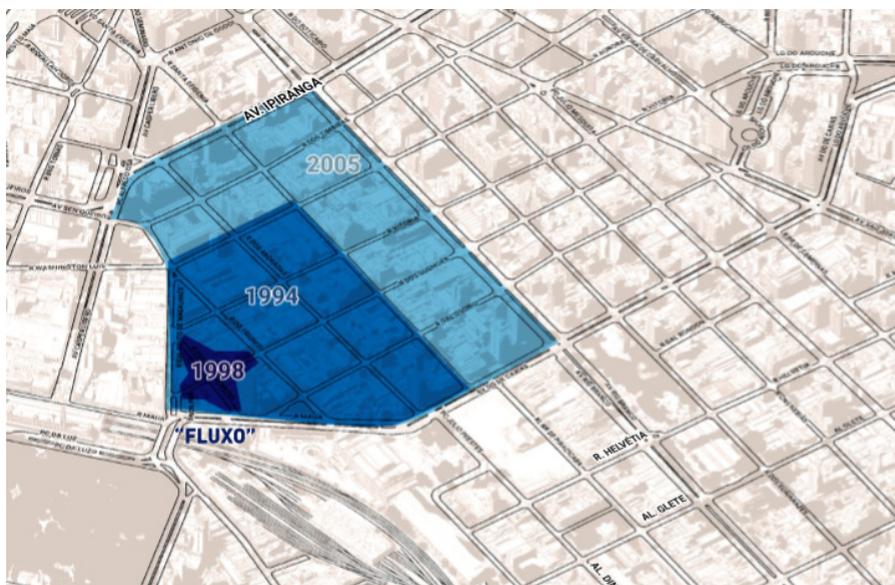
4. Dentre os bairros da zona leste, São Mateus se configurou como o mais intenso no comércio e consumo da droga. O jornal Folha de S. Paulo, em junho de 1992, referiu o bairro como “Bronx paulistano” em alusão à região nova-iorquina do *South Bronx*, onde se configurou um polo de consumo e comércio de crack dos EUA na década de 1980.

pessoais e sociopolíticas, preconceito, falta de acesso ou não aderência aos serviços e equipamentos públicos ofertados (RIBEIRO, 2013).

Segundo Rui (2016), muitos hotéis e pensões na região central da cidade que hospedavam viajantes e prostitutas passaram a receber, no início dos anos 1990, usuários e vendedores de crack que chegavam de outros municípios, outras áreas centrais de São Paulo e das regiões periféricas. As transformações espaciais e sociais ocorriam na medida em que a economia da prostituição, muito presente no local, entrou em declínio e o comércio de drogas começou a ganhar referência ao se difundir no território. Na visão de Rui (2016), esse vetor de atração ajudou a compreender o motivo de muitos usuários de crack se concentrarem nessa área. Assim, nasceu o território espacial e social da Cracolândia em São Paulo, conhecido como uma das famosas territorializações de consumo de crack do país.

Essa área, segundo literatura antropológica, é um conceito de território itinerante, delimitado pela quantidade de pessoas e não por um território específico. A sua característica de itinerância, de onde vem a referência à denominação de “fluxo”, é conhecida pelas “passeatas de noias” que resultam das intervenções na área central de São Paulo e geram uma série de conflitos relacionados à repressão policial (FRÚGOLI & CAVALCANTI, 2013).

Dessa maneira, essa área não pode ser analisada sob a perspectiva de um território fixo geograficamente, visto que sofreu deslocamentos ao longo dos anos de existência pelos bairros da Luz, Santa Efigênia e Campos Elíseos, como aponta a Figura 1. Deve-se situá-la em uma área urbana sujeita a deslocamentos mais próximos ou mais distantes, a depender do tipo de repressão ou intervenções exercidas, além das dinâmicas de suas próprias relações internas (TRINTA, 2017). Segundo Trinta (2017, p. 25), a Cracolândia se materializa no conjunto de seus corpos nos quais permeia a noção de “corpo-território” que se constitui pelas concepções territoriais em movimento.

Figura 1: Deslocamento da “Cracolândia” em São Paulo em 1994, 1998 e 2005.

Fonte: Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (Labcidade), 2017.

As ações de inibição do poder público em atuação nessa região não são um fato tão recente, estando ligadas ao uso da força policial e violência para controlar o território como foi evidenciado pelas seguintes ações de maior destaque midiático: “Operação Limpeza” (2005)⁵; “Operação Dignidade” (2007) e “Operação Sufoco” (2012)⁶. Essa última ação durou cerca de duas semanas, fazendo com que os usuários ficassem vagando pelas ruas do centro da cidade, vigiados constantemente pelos policiais que não os deixavam descansar, provocando dor e sofrimento.

As operações não resolveram as demandas da área e resultaram em um

5. Ocorreu em 2005 com o foco principal voltado para a repressão policial onde cerca de 220 policiais foram mobilizados. Saiba mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0903200516.htm>

6. Veja mais em: <https://veja.abril.com.br/brasil/acao-policial-dispersa-usuarios-da-cracolandia/>.

processo de descentralização no território⁷. Segundo Rui (2016), agir sobre a Cracolândia é sinônimo de agir sobre os corpos vulneráveis dos usuários utilizando diversas táticas, técnicas e tecnologias de controle e cuidado.

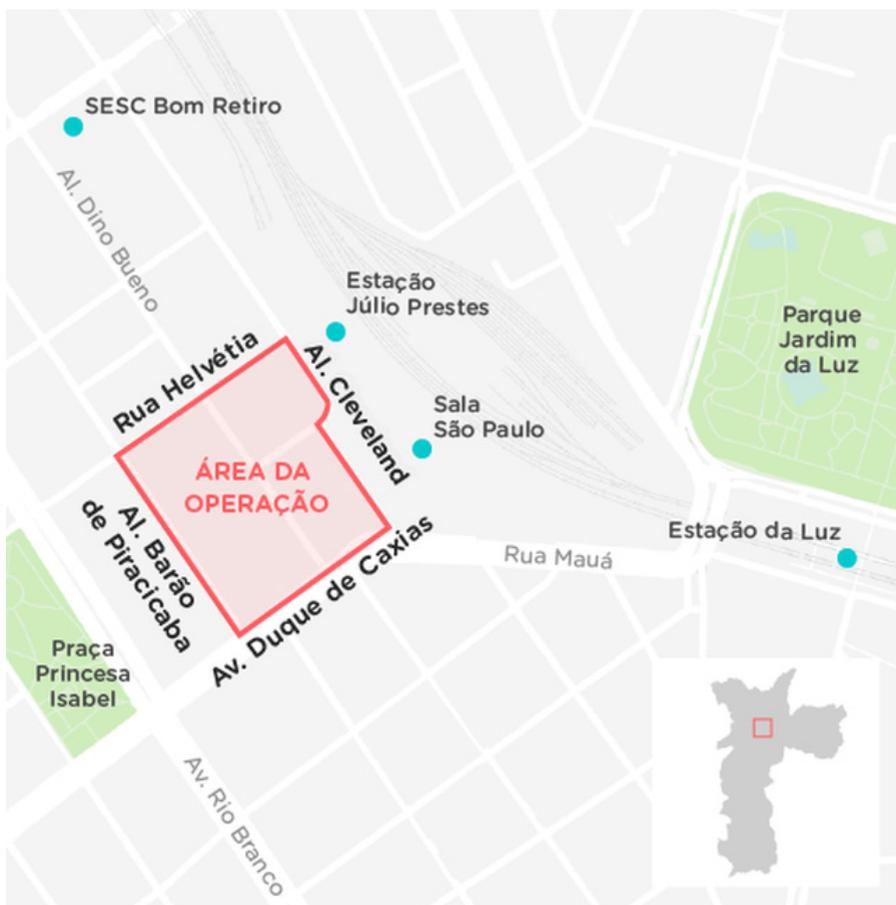
Em 21 de maio de 2017, o calendário oficial da cidade de São Paulo anunciava o último dia da Virada Cultural, importante evento cultural descentralizado pela cidade. Naquele dia, foi organizada uma nova operação coordenada pela Prefeitura do Município, cuja área de abrangência pode ser visualizada na Figura 2. A operação de caráter policial foi justificada pelo governo como parte do Programa Redenção⁸ para prender traficantes que atuam na região. Isto permitiria, segundo afirmações do então prefeito João Dória (PSDB), o “fim da Cracolândia”⁹. Mas a operação também era um marco de uma finalização que de fato se consolidou: a do Programa denominado “De Braços Abertos”, implementado na gestão anterior pelo prefeito Fernando Haddad (PARTIDO DOS TRABALHADORES). Horas depois da ação policial, o aglutinado de usuários de drogas se deslocou para a Praça Isabel, região próxima à do início da operação, o que evidentemente contrariou as expectativas da gestão.

7. Aqui, empregamos o conceito de “território” no sentido utilizado por Rui (2012) no que diz respeito a substituição do termo “cenas de uso” por “territórios de uso”. Tratamos de “território” mais neste sentido.

8. O Programa Redenção é parte da política municipal antidrogas que tem uma de suas diretrizes voltada a Segurança (Policial) por meio de ações contínuas de policiamento preventivo com a Guarda Civil Metropolitana e a Polícia Militar além do combate contínuo ao tráfico por meio da Polícia Civil.

9. Veja mais em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886039-apos-acao-policial-secretario-de-doria-diz-que-nao-vai-mais-ter-cracolandia.shtml>.

Figura 2: Delimitação do perímetro de operação policial na Cracolândia em 21 de maio 2017.



Fonte: Nexo Jornal, 2017.

As estratégias de enfrentamento derivam da tomada de decisão sobre como o Estado se organiza para agir em relação às questões das drogas que se manifestam diante do debate monopolizado entre duas concepções: segurança

e saúde pública. O posicionamento proibicionista-punitivo¹⁰, ligado à segurança pública, formula políticas relacionadas ao modelo de poder psiquiátrico, oportunismo político e subjetividade contemporânea compulsiva¹¹ (RIBEIRO, 2013). Baseado nessa concepção foi elaborado um conjunto de políticas que não conseguiram reduzir a oferta e distribuição das substâncias ilícitas utilizando estratégias repressivas e proibicionistas, além de terem – na prática – aumentado os riscos vividos pelos cidadãos que as consomem¹² (LANCETTI, 2015; LABATE 2016).

A partir de 2013, a gestão municipal começou a atuar na perspectiva de saúde pública sob a concepção da redução de danos¹³ baseada em critérios que levam em conta as liberdades individuais, dignidade, autonomia e meta de redução do consumo, colocando o usuário no centro do cuidado. Essa concepção pode ser exemplificada pelo antigo Programa da Prefeitura Municipal de São Paulo denominado “De Braços Abertos” (DBA). O DBA foi um programa

10. Segundo a cartilha do Movimentos, entre 2005 e 2013, houve um aumento de quase 90% no número de pessoas presas no Brasil associadas ao tráfico de drogas. Em grande parte este dado está relacionado com a Lei de Drogas 11.343 de 2006, que acabou com a pena de prisão para o porte de drogas para consumo pessoal, entretanto aumentou a pena mínima para tráfico de drogas para 5 anos. Para ter acesso ao material acesse: <http://www.movimentos.org.br/publicacoes>.

11. Segundo Lancetti (2015), a hipercomunicação por celulares, computadores, *tablets* e aplicativos de relacionamentos sexuais em que seu uso abusivo é a maior expressão de compulsividade.

12. Uma das externalidades negativas das medidas proibicionistas e punitivas do consumo de drogas leva a perspectiva de que, primeiramente, não há um controle sobre a qualidade da droga que é circulada de maneira ilegal nos territórios o que ocasiona o consumo de substâncias alteradas e de baixa qualidade. Em segundo, ao não informar sobre usos seguros de usar tais substâncias acaba-se gerando um grande problema de saúde pública perante indivíduos que optam por consumir determinada droga, mas o fazem sob uma perspectiva que acarreta um maior prejuízo sem levar em conta questões de “consumo seguro”.

13. No Brasil, a perspectivas de redução de danos tomou conhecimento a partir da distribuição de seringas para usuários de drogas injetáveis que contrapõem a lógica americana de guerra às drogas, pois não prioriza a abstinência como metas de suas ações. Para melhor conhecimento sobre a temática, consultar Machado e Borini (2013).

intersetorial implementado na gestão do prefeito Fernando Haddad (PT) que buscou oferecer acomodações em quartos de hotéis do entorno, três refeições diárias em um restaurante público local, oportunidade de trabalho e renda em serviços de zeladoria municipal e mediação de acesso a serviços de saúde para as pessoas identificadas como “usuárias de crack”. Suas ações tinham como norte a redução de danos associada à baixa exigência para participação e à garantia de um pacote indivisível de direitos.

Para Ribeiro (2013), a associação de políticas de saúde pública, assistência social e educação devem ser adotadas conjuntamente com a política criminal, e não como tradicionalmente vem sendo tratada de forma desarticulada e priorizando a abordagem punitiva. Desse modo, as ações desempenhadas pelos governos no território ora frisaram ações de repressão de caráter policial militar, constrangimentos morais e físicos (desde a prisão e a tortura), mas também estratégias de compreensão e tolerância do outro visando a recuperá-lo para a convivência com a sociedade (LABATE, 2016).

Assim, não há como tratar a “Cracolândia” somente como local em que se vende e consome crack, visto que se produz o reconhecimento de territorialidades específicas que permeiam uma série de práticas e modelos de cuidados (FRUGOLI, CAVALCANTI, 2013) Ainda é possível notar uma delimitação de identidades no espaço urbano dotados de equipamentos e atores que marcam seus limites e viabilizam distintos modos de apropriação que formam a identidade no território (RUI 2012; LABATE 2016; MAGNANI, 2002).

PPP habitacional: a forma de segregação a partir de enclaves fortificados

O Campos Elíseos foi o primeiro bairro planejado em São Paulo para ser predominantemente residencial no intuito de abrigar grupos da mais alta renda destinados à aristocracia do café (BRANQUINHO, 2007; BRONKHORST, 2014). Entretanto, no início do século XX, Campos Elíseos já não era considerado o local mais elegante da cidade, condição cedida a novos bairros, como Higienópolis, posteriormente substituído com a ascensão da Avenida Paulista. Essas transformações se deram com a expansão financeira e a diminuição

das atividades do mercado imobiliário, fazendo com que a atuação do poder público também seguisse esses deslocamentos, dando maior apoio à expansão dessas novas centralidades urbanas (FRÚGOLI, 2000).

Na década de 1980, a cidade começou a ser objeto de intervenções com o objetivo de ajuste ao ideário neoliberal aplicado ao meio urbano (NOBRE, 2000). O bairro do Campos Elíseos, compondo o Centro Velho¹⁴, estava tomado pelas camadas populares à medida em que suas lojas se popularizaram e os estabelecimentos, abandonados pelos grupos de maior renda, foram ocupados por comércio e serviços orientados a atender às camadas populares, dando um sentido de decadência ao bairro. A partir da iniciativa pública em parceria com o setor privado, a área foi objeto de diversas propostas orientadas para “revitalizar” o local e remover o que se considera atores sociais problemáticos¹⁵. Essas intervenções instrumentalizaram projetos que se basearam em remoções forçadas e demolições de imóveis no intuito de afastar grupos populares consolidando práticas higienistas e gentrificadoras¹⁶ em atuações do poder público.

Pode-se citar como exemplos a somatória de projetos urbanos que pretendiam consolidar a ideia de constituição de um polo cultural na região, por meio

14. O Centro Histórico ou Centro Velho corresponde à região onde a cidade foi fundada pelos padres jesuítas, formado pelos distritos da Sé e República. Com o passar do tempo, a centralidade econômica de São Paulo migrou para a direção sudoeste do município, rumo a bairros como Higienópolis e, posteriormente, Avenidas Paulista e Brigadeiro Faria Lima. Mais recentemente, existe um grande polo de negócios que se estende pela região da Vila Olímpia e das Avenidas Engenheiro Luis Carlos Berrini e Chucrri Zaidan, nas imediações da Avenida Nações Unidas.

15. Questão presente em trabalhos anteriores, podendo ser conhecidos em Nascimento (2018), por exemplo.

16. Segundo Smith (2006), o processo de gentrificação trata da mudança social da paisagem urbana em que classes médias altas brancas tentam recuperar o controle das políticas econômicas e culturais, bem como do espaço nas grandes cidades. Essa questão implica cinco características: 1) Novo papel do Estado; 2) Penetração do capital financeiro; 4) Mudança nos níveis de oposição política; 5) Dispersão geográfica. A gentrificação como estratégia urbana global reflete por um lado o abandono das políticas urbanas progressistas do século XX e, por outro, a expressão urbana do neoliberalismo emergente.

da implantação de diversos equipamentos culturais associados à recuperação do patrimônio histórico. Tais projetos sugeriram uma ideologia da “cultura das elites”, que consolidaram práticas culturais para a elite voltar a habitar a região a partir da implementação de novos museus e salas culturais acessíveis a uma camada populacional de maior poder aquisitivo, como Sala São Paulo inaugurada em 1998, e Estação Pinacoteca, em 2002, construída na sede do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) do estado de São Paulo¹⁷.

A Operação Urbana Centro (OUC), instituída pela Lei Municipal 12.349, de 06 de junho de 1997, na gestão de Celso Pitta (PPB), consistia em estabelecer parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, visando a estimular intervenções e empreendimentos que promovessem um melhor aproveitamento dos imóveis. Além disso, a OUC afirmava procurar preservar o patrimônio histórico cultural e ambiental urbano e arrecadar recursos para a melhoria da infraestrutura urbana, buscando iniciar um processo de melhoria das condições urbanas e ambientais da região, inclusive de moradores de habitações subnormais (José, 2010).

Em 2005, foi formulado o Projeto Nova Luz, sendo uma concessão urbanística¹⁸ destinada à revitalização da área da Luz, no centro de São Paulo. A

17. O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) foi criado em 1924 para reprimir e prevenir delitos considerados contra a ordem e a segurança do Estado. Os períodos de autoritarismo ditatorial da História do Brasil Republicano – o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e o regime militar (1964-1985) – proporcionaram os momentos de maior atuação do Deops/SP, embora durante o período democrático de 1945 a 1964 também tenha atuado. Subsidiadas por legislação específica, as ações do Deops/SP variaram de intensidade conforme o período que se se vivia e a quem se pretendia atingir. Em 1983, o então governador de São Paulo, José Maria Marin, promoveu o encerramento das atividades do Deops/SP por meio do Decreto nº 20.728, de 4 de março.

18. A Lei 14.917/2009 define a concessão urbanística como um instrumento de intervenção urbana e estrutural destinado à realização de urbanização ou de reurbanização de parte do território municipal a ser objeto de requalificação da infraestrutura urbana e de reordenamento do espaço urbano, com base em projeto urbanístico específico em área de operação urbana ou área de intervenção urbana para atendimento de objetivos, diretrizes e prioridades estabelecidas na lei do plano diretor estratégico.

proposta fundamentava a criação de um polo comercial e de serviços para atrair empresas da área tecnológica e o plano urbanístico seria elaborado por um consórcio de empresas vencedoras da licitação pública.

Segundo Frúgoli (2000), o centro da cidade se tornou um campo de negociações e disputas onde as principais forças podem ser classificadas da seguinte forma:

a) as classes populares, organizadas em torno da demanda por mais moradia na região; b) o poder público, cujo principal projeto para o centro (com apoio da iniciativa privada) é o da revitalização da área como centro histórico e como espaço público e c) o setor privado, cujo principal plano é conversão do centro histórico numa zona turística internacional e privatizada (...) (FRÚGOLI, 2000: p. 37).

Na mesma região, o Governo do Estado de São Paulo recentemente implementou um inédito programa, tanto em termos de desenho arquitetônico quanto modelo de contratação que fez surgir em 2018 a consolidação do condomínio residencial “Complexo Júlio Prestes”. O empreendimento foi construído no terreno onde funcionou o antigo Terminal Rodoviário da Luz, sendo substituído posteriormente pelo Shopping Fashion Center Luz, que funcionou até 2007 e foi demolido no ano de 2010 pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Complexo faz parte de uma Parceria Público-Privada (PPP) Habitacional. O seu padrão de contratação e financiamento possibilita maior integração e administração conjunta entre o setor público e agentes do setor privado, utilizando um modelo de concessão de serviços públicos que delega atribuições do Estado ao setor privado buscando atender demandas dos interesses empresariais exigindo uma nova configuração das relações entre o público e o privado (PEREIRA, PALLADINI, 2018).

A PPP Habitacional na cidade de São Paulo é de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo por meio da Agência Paulista de Habitação Social denominada Casa Paulista. Cada PPP se realiza por meio de contrato na

modalidade de concessão administrativa, entre o Estado e uma concessionária, constituída como Sociedade de Propósito Específico (SPE)¹⁹.

Os projetos até sua implementação cumprem as seguintes etapas que devem ser analisadas pelo Conselho Gestor de Parcerias do Estado: Proposta Preliminar; Detalhamento Técnico da Proposta Preliminar; Audiência Pública; Consulta Pública; Edital de Concorrência Pública; e Contratação. O Conselho Gestor, em 31/10/2011, aprovou a proposta preliminar que visava construir e financiar a gestão condominial de 50.000 unidades habitacionais voltadas à população de baixa renda nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo. Em 17/04/2012, foi realizado o Chamamento Público nº 4/2012, para estudos técnicos e modelagem de projetos e para a estruturação. Em seguida, foi realizado um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) publicado em 04/05/2012.

A PPP habitacional tinha intuito de implantar habitações de interesse social, habitações de mercado popular na região central da cidade de São Paulo e prestar serviços de de trabalho social pré e pós-ocupação, apoio à gestão condominial e gestão de carteira de mutuários, além de manutenção predial. O que o edital expressa por “habitação de interesse social (HIS)” corresponde à ideia de unidades habitacionais destinadas à população com renda bruta familiar mensal igual ou superior a R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais) e igual ou inferior R\$ 4.344,00 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais). As habitações de mercado popular (HMP) são as unidades habitacionais destinadas à população com renda bruta familiar mensal superior R\$ 4.344,01 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais e um centavo) e igual ou inferior a R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais e oitenta e quatro reais).

O objeto da concorrência foi a concessão administrativa para a implantação de HIS, HMP e prestação dos serviços nos condomínios de HIS em 4 (quatro) lotes, compreendendo a implantação do número total de 14.124 (catorze mil, cento e vinte e quatro) unidades habitacionais, contemplando: a) aquisição

19. Segundo o Código Civil Brasileiro, por meio da Lei 10.406/2002, uma SPE é um tipo de sociedade mercantil cuja atividade é restrita, podendo ter prazo de existência determinado e sendo utilizada para isolar o risco financeiro da atividade desenvolvida.

e disponibilização de 100% (cem por cento) dos terrenos necessários para implantação de HMP em cada lote, podendo usar os poderes outorgados pelo poder concedente para promover desapropriações; b) elaboração dos projetos; c) obtenção dos alvarás e das licenças, inclusive ambientais; d) execução das obras e serviços de engenharia, incluindo as demolições; e) implantação da infraestrutura de equipamentos e serviços contidos no anexo 2 (dois) do edital²⁰. Ainda contempla a concessão da prestação dos serviços de apoio à gestão condominial, serviços de gestão da carteira de mutuários; desenvolvimento do trabalho técnico social de pré-ocupação e pós-ocupação; manutenção predial; e a implantação dos equipamentos e melhorias urbanísticas.

A licitação ocorreu por meio de Concorrência Internacional nº 01/2014, do tipo Menor Preço, em que era permitida a formação de consórcios sem restrição quanto ao número de consorciados. A publicação em 23/03/2013, da Ata da 53ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, aprovou a Modelagem Final para a PPP Habitação de Interesse Social e autorizou as etapas de Audiência e Consulta Pública para apresentação da PPP Habitacional. A consulta pública ocorreu no período de 10 de maio até 09 de junho de 2013, constando no Diário Oficial do Estado, em jornais de grande circulação no Estado de São Paulo e no sítio eletrônico da Secretaria da Habitação.

O lançamento do edital de Concorrência Internacional nº 01/2014, ocorreu em 25/09/2014, com seus cinco anexos, sendo: i) Modelos e declarações; ii) Diretrizes para as intervenções urbanas; iii) Minuta do contrato; iv) Modelo de proposta econômica; e v) Diretrizes para elaboração do plano de negócios. A licitante deveria prestar a garantia da proposta nos valores em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, admitida a combinação de duas ou mais dessas modalidades para os seguintes lotes: a) Lote 1: R\$ 9.100.000,00 (nove milhões e cem mil reais); b) Lote 2: R\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais); c) Lote 3: R\$ 10.200.000,00 (dez milhões e duzentos mil reais); d) Lote 4: R\$ 7.300.000,00 (sete milhões e trezentos mil reais).

20. Exigências contidas no anexo dois do Edital, que tratam das diretrizes para as intervenções.

A empresa classificada foi Canopus Holding S.A., com proposta para o Lote 1; para os Lotes 2, 3 e 4 não houve interessados. Em 23/03/2015, segundo o extrato do Contrato SH-001/2015 (LOTE 1 DA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL SH 001/2014), foi assinado com a Concessionária PPP Habitacional Lote 1 S/A, formada pela empresa Canopus Holding S/A, pelo valor de R\$ 1.857.709.240,00 (um bilhão, oitocentos e cinquenta e sete milhões, setecentos e nove mil, duzentos e quarenta reais) com investimento estimado de R\$ 919.544.521,00 (novecentos e dezenove milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e vinte um reais) para o segmento de Habitação e Urbanização celebrado entre a PPP Habitacional Lote 1 S.A. e a Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo do Estado de São Paulo para Concessão Administrativa.

A ganhadora da licitação ficou responsável por realizar as obras, a venda dos imóveis e prestar serviços de manutenção predial e de administração de condomínio. No total, o Complexo Júlio Prestes engloba oito torres residenciais, com 1.130 moradias de interesse social e outras 72 unidades de mercado popular; estando previsto no projeto a construção de uma creche, escola de música e revitalização de espaços públicos ao redor do empreendimento. Os investimentos da iniciativa privada foram de R\$ 919 milhões e a contrapartida do Estado foi de R\$ 465 milhões, divididos ao longo de 20 anos.

Figura 3: Renderização do projeto do Complexo Júlio Prestes em São Paulo.

Fonte: Cohab-SP.

Segundo Pereira e Palladini (2018), há uma mudança no tratamento do setor habitacional, que deixa de ser pensado como política social e se transforma em demanda por moradia, obedecendo ao raciocínio da relação econômica. A proposta da PPP priorizou grandes construtoras e empreiteiras, tornando secundária a atuação das construtoras de pequeno e médio porte que atuavam no setor de moradia popular. A apresentação de propostas se restringiu a grandes empresas do mercado, deixando a construção da moradia como um dos vários elementos de um contrato com um conjunto de obrigações mais complexas.

Os interessados se candidataram para as unidades habitacionais até julho de 2017. Para cada participante foi gerado um número de protocolo de modo que o acesso ocorreu por sorteio. A distribuição percentual destinou 80% das HIS para aqueles que comprovaram residência no município de São Paulo, fora da área central, e local de trabalho no Centro Expandido²¹, os outros

21. Compreende a área central da Cidade de São Paulo, onde se deu a implantação do objeto do contrato, composto pelos Distritos Sé, República, Santa Cecília, Barra Funda, Bom Retiro, Pari, Brás,

20% das HIS foram destinados para os que comprovaram residência e trabalho no Centro Expandido. Ainda existiu a obrigatoriedade de atender 26% do público-alvo do sorteio por meio de cotas: a) 5% para idosos; b) 7% para pessoas com deficiência ou cuja família tenha pessoa com deficiência; c) 4% para policiais civis e militares e agentes de segurança e escolta penitenciária; d) 10% para servidores e empregados públicos, de qualquer esfera.

O discurso de “revitalização urbana” que compõe diversas narrativas relacionadas a grandes projetos urbanos em áreas centrais, também foi utilizado para legitimar a PPP, camuflando as intenções de gentrificação de bairros centrais. Conforme afirma Sombini (2017), a proposta contemplou os anseios dos grandes promotores imobiliários que há décadas se contrapõem à ideia de políticas de caráter sociais progressista na área central de São Paulo.

Esse processo de “revitalização urbana”, no qual a PPP Habitacional integra, iniciou em 16 de abril de 2018 quando foi realizada, por meio do poder público, a remoção dos moradores e comerciantes da quadra 36 dos Campos Elíseos para dar lugar a construção do Hospital Pérola Byington (Unidade 2), viabilizado por meio de outra PPP, sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado. As famílias que habitavam a região foram removidas sem atendimento habitacional pré-estabelecido, e somente depois contempladas por carta de crédito ou auxílio moradia.

Segundo levantamento do Fórum Aberto Mundaréu da Luz (2018), na quadra 36 foram removidas 250 famílias. Para Frúgoli (2000), esse tipo de intervenção promove processos de expulsão da população de baixa renda para dar preferência a casas ou empreendimentos que atendam às classes médias e altas, tendo em vista que essas acabam por beneficiar grupos econômicos privilegiados e especuladores imobiliários.

Pode-se notar que a chegada dos novos moradores do Complexo Júlio Prestes instala um novo padrão de segregação socioespacial no Campos Elíseos, onde os diferentes grupos sociais estão convivendo lado a lado. Contudo, a separação permanece por meio de muros e tecnologias de segurança, que configuram o que Caldeira (2011) nomeia de enclaves fortificados. Esses são espaços

Mooca, Belém, Cambuci, Liberdade, Bela Vista e Consolação.

privados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho justificados, sobretudo pelo medo da violência corrente no discurso das classes média e alta, enquanto isso, a esfera pública das ruas se destinaria aos pobres.

Os moradores desses edifícios não mostram tolerância em relação às pessoas de diferentes grupos sociais, não possuindo interesse em encontrar soluções comuns para problemas urbanos. Em vez disso, adotam técnicas de distanciamento e divisão social que fizeram surgir uma nova maneira de organizar a segregação e a discriminação social. Essa separação dos diferentes grupos sociais que vivem mais próximos é mantida por barreiras físicas e sofisticados sistemas de identificação e controle.

Segundo Caldeira (2011, p. 259)

Os enclaves fortificados conferem status. A construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distancia e desigualdades sociais. Os enclaves literalmente na sua criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artificios de distanciamento e sua presença no espaço da cidade é um evidente afirmação de diferenciação social. Eles oferecem uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando novas hierarquias entre eles, e portanto, organizando explicitamente as diferenças como desigualdade. O uso de meios literais de separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status.

É também característico desse modelo de ocupação e uso do solo a existência de segregação evidenciada por meio de muros altos que cercam propriedades e sistemas de vigilância ostensivos. Essa cidade de muros modifica a qualidade do espaço público associando-a frente ao processo de estigmatização, controle e exclusão.

Em relação ao Complexo, os dados da Secretaria Estadual da Habitação de São Paulo, obtidos pelo jornal SP2 por meio da Lei de Acesso à Informação²²,

22. Veja mais em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/15/>

apontam que 95 pessoas que estavam na fila desistiram de financiar esses apartamentos no ano de 2019, pois descobriram que o imóvel se localiza na área de influência da Cracolândia. Dessa maneira, dos 103 contratos oferecidos para financiar apartamentos no condomínio em março, 69 foram assinados demonstrando que 33% das pessoas desistiram quando souberam o endereço dos apartamentos. Em maio, o índice subiu para 36% e, em julho, ficou em 34%.

O anexo 2 do edital de Concorrência Internacional nº 01/2014, que diz respeito às “Diretrizes para as intervenções urbanas”, aponta que os empreendimentos construídos via PPP precisam evitar “a segregação urbana e a formação de guetos, estigmatizados como lugares de precariedade ambiental, de pobreza econômica e de violência social” (SEH, 2014: p. 3). Além disso, veta a construção de empreendimentos na forma de condomínios fechados para a cidade, cercados por muros e sem nenhuma relação formal, espacial e funcional com as ruas circundantes.

Porém, não foi isso que ocorreu na prática, visto que no térreo do Complexo em questão, as 67 lojas do bulevar que foram planejadas para serem espaços abertos ao público externo se encontram atualmente fechadas por muros, conforme decisão dos próprios moradores dos apartamentos (AMÂNCIO, 2018). Segundo informações da Secretaria Estadual de Habitação (2019), não há prazo para a derrubada dos muros que isolam os edifícios das lojas e o Complexo como um todo por questões da segurança no entorno.

A Praça Júlio Prestes, localizada em frente ao condomínio, sofreu obras de revitalização pela empresa Canopus. A reforma contemplou a construção de uma área de eventos com capacidade para até 5 (cinco) mil espectadores, espaços para uso infantil, além de nova pavimentação, iluminação e mobiliário. Também foram colocadas grades ao redor da praça, existindo um guarda que foi contratado pela PPP para vigiar o local. A única entrada da praça é fechada todos os dias às 22 horas e, dentro do período analisado, não se percebe a entrada da população em situação de rua nesse espaço.

O barulho que vem do fluxo pode ser nitidamente ouvido dentro do

beneficiarios-de-programa-para-casa-propria-em-sp-desistem-do-imovel-pela-localizacao-na-cra-colandia.ghhtml

Complexo. Por isso, os apartamentos apresentam isolamento acústico e, quando suas janelas são fechadas, o som de fora se torna quase imperceptível. Durante o período da pesquisa em campo, foi possível notar que os moradores do Complexo observam – desde as sacadas de seus apartamentos – a movimentação do fluxo e alguns chegam até a conhecer a dinâmica espacial desses deslocamentos diários ao redor do condomínio.

Segundo informações obtidas da Secretaria Estadual de Habitação, via Lei de Acesso à Informação em março de 2021, o Complexo possui cinco torres chamadas de residenciais, sendo elas: Dino Bueno, Duque de Caxias, Barão de Piracicaba, Helvétia e Santa Efigênia. O residencial que mais possui moradores é o Dino Bueno: 506 moradores, sendo 53% do gênero feminino e 49% na faixa etária entre 30 e 49 anos. O Complexo possui uma entrada central, pela qual os visitantes devem apresentar nome e RG, que são devidamente anotados em um caderno por um funcionário (porteiro). No interior do Complexo, cada residencial possui uma segunda entrada que dá acesso às torres. Para ter acesso aos residenciais, os moradores possuem um sistema de chaves eletrônicas que só permite a abertura do portão das suas respectivas torres.

Os beneficiários da PPP adquiriram uma forma organizada para tentar trazer melhorias ao realizar reuniões periódicas e coleta de assinaturas no intuito de pressionar a Prefeitura para resolver problemas; a principal reivindicação é a “retirada” da “Cracolândia”. No período da pandemia, as reuniões presenciais foram suspensas de modo que a participação não se deu mais fisicamente, mas por meio de formulários *on-line*, que foram incorporados ao sistema de votação. Apesar de não existir uma associação de moradores no Complexo, cada torre possui um subsíndico e há ainda um síndico geral, responsável por todo o Complexo.

No exterior do Complexo, a pesquisa de campo mostrou que o lugar também é altamente vigiado por sistemas de vigilância eletrônica e câmeras instaladas em cima dos prédios. A presença da segurança pública é constante, seja pela Guarda Civil Metropolitana, Polícia Militar e Equipe da Inspeção de Operações Especiais (IOPE). Mas também existe a presença de equipes de assistência social e da saúde vinculadas à Prefeitura que passam diariamente

pelo território sendo facilmente identificadas pelo uso de coletes.

Os moradores entrevistados apontaram que a “revitalização” será uma opção boa para o local. Dentro dos apartamentos do Complexo, é possível ver prédios que foram interditados pela construção de muros nas portas e janelas para bloquear a entrada, além dos terrenos vazios de imóveis que foram demolidos. É possível ainda depreender do discurso dos moradores a ideia de que a “revitalização” está atrelada à retirada da população que habita outros imóveis da região e consequente demolição destes imóveis que venham a ser desocupados.

Assim, pode-se associar o Complexo a um enclave fortificado na medida em que existe dentro do condomínio um sistema rígido de segurança e vigilância, presença de janelas fechadas com grades nos apartamentos dos primeiros andares, além do fato dos novos moradores reclamarem constantemente da região em relação ao tráfico de drogas, assaltos, presença de usuários de drogas e medo de sair ou chegar durante a noite.

Entretanto, os trabalhos com base em pesquisas etnográficas feitas por Frúgoli e Chizzolini (2012) nessa área apontam que a população moradora há mais tempo na região possui uma visão mais normalizada dos usuários e da população em situação de rua. Como pode ser evidenciado pelo seguinte trecho:

Assim como Eduardo, Norma não teme transitar em meio a um grupo de usuários (o que foi confirmado durante nossa caminhada), e conta que alguns até a cumprimentam: “Tia, você está boa? Vai com Deus!”. De todo o modo, pondera que os mesmos não são uma imagem agradável, pois contribuiriam para a sujeira nas ruas e diriam palavrões. Contudo, isso não significa que Norma não demonstre preocupação com a condição vulnerável deles. Ela se ressentida em relação à situação e conta que seus parentes raramente a visitam, pois têm medo de terem seus carros roubados. (FRÚGOLI, CHIZZOLINI, 2012, p. 10)

A análise dessa citação denota que a sensação de insegurança frente à criminalidade e violência produzida pela existência da Cracolândia seria uma concepção alinhada à visão dos novos moradores de perfil social diverso que a

PPP buscou atrair para o centro em busca de “revitalizar” a região e de pessoas que não possuíam vínculo anterior com a área, sendo fortemente influenciadas pelas notícias veiculadas pelos meios de comunicação e imprensa.

Considerações finais

De 2005 até os dias atuais, a Cracolândia passou de um objeto de estudo em que poucas publicações acadêmicas se debruçavam sobre essa territorialidade, até chegar atualmente no centro dos debates sobre questões sociais, psicológicas e urbanas. Além de existir uma série de grandes operações policiais e políticas contemporâneas formuladas pelos diversos níveis de governo que impactam o território.

A questão da violência urbana é um recurso que permite perceber com maior clareza a estigmatização social e divisão de classes que permeiam uma sociedade. As persistências no tempo dessas práticas evidenciam uma estratégia para manutenção da dominação de uma classe sobre outra. Os efeitos das políticas públicas destinada a esse território mostraram que tais medidas se tornaram ineficientes ao seu propósito inicial devido ao fato da região permanecer até hoje nos mesmos arredores produzindo deslocamentos conforme a intervenção direcionada para a localidade. O mapeamento apontou que essas ações desconsideraram a característica dessa territorialidade que apresenta aglomerados de exclusão socioeconômica e sua característica corpo-território.

Nesses anos ocorreram várias transformações para além da Cracolândia. Como foi apontado por Rui (2016), o crack associado ao tráfico de drogas ganhou notabilidade; os conflitos decorrentes de intervenções nos espaços de consumo de crack se intensificaram; vários projetos urbanísticos foram pensados por uma categoria de planejamento hegemônico que preconiza a acumulação do capital; e as populações em situação de rua aumentam ano a ano devido ao acirramento das desigualdades sociais em contextos de recessão econômica, onde o crescimento do desemprego e a crise de moradia reflete uma cidade que historicamente tem gerado processos de exclusão social.

Um dos projetos atualmente emblemáticos da região é o Complexo Júlio Prestes, empreendimento que faz parte da Parceria Público-Privada

Habitacional que levou moradias para a região. O discurso do governo associava a proposta do programa habitacional vinculada à “revitalização” da área degradada por meio da presença de novos moradores. Por outro lado, os moradores do Complexo apontam enorme insegurança e sentimentos hostis em relação à vizinhança, mantendo-se enclausurados em seus apartamentos para proteção e se mobilizando com o objetivo de reverter a sensação de medo que permeia a nova área de residência.

Esses moradores agora vivem na região central da cidade possuindo acesso a diversas estruturas, serviços e comércios, contudo preferem ficar enclausurados dentro de seus apartamentos. É característica, nesse espaço, a existência da segregação evidenciada por meio de muros altos que cercam propriedades e sistemas de vigilância ostensivos. Essa cidade de muros modifica a qualidade do espaço público associando-a ao processo de estigmatização, controle, exclusão e separação entre os diferentes.

Referências

- AMÂNCIO, T. Prédio popular vira uma “fortaleza” na cracolândia e esquece projeto original. **Folha UOL**. 06 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/predio-popular-vira-uma-fortaleza-na-cracolandia-e-esquece-projeto-original.shtml>>. Acesso em: 03 abr. 2020.
- BRANQUINHO E. S. **Campos Elíseos no centro da crise**: A reprodução do espaço no centro de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2007.
- BONDUKI, N. Uma metodologia para avaliar programas de habitação. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 183-224.
- BRONKHORST, A. E. **Patrimônio, Planejamento e Desenho Urbano**: Os Campos Elíseos como campo de estudo integrado. Trabalho Final (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: USP, 2014.
- CALDEIRA, T. P. R. Enclaves fortificados: erguendo muros e criando uma nova ordem privada. In: _____. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 257-300.

FÁBIO, A. C. A nova intervenção na Cracolândia: origens e precedentes de um problema crônico. **Nexo Jornal**, 23 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/05/23/A-nova-intervencao-na-cracolandia-origens-e-precedentes-de-um-problema-cronico>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FIORE, M. **Uso de “drogas”: controvérsias médicas e debate público**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

FRÚGOLI JR., H. O. Centro Metropolitano de São Paulo: aspectos relevantes do passado ao presente. In: _____. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000, p. 49-63.

_____; CAVALCANTI. **Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro**. CPDOC / FGV. Anuário Antropológico/2012, Brasília, UnB, 2013, v. 38 n.2, p. 73-97, 2013. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202012_II/Artigo%20Frugoli%20Jr.%20e%20Cavalcanti.pdf>. Acesso: 08 set. 2020

_____; CHIZZOLINI, B. B. Moradias e práticas espaciais na região da Luz. **Ponto Urbe** – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, n. 11, p. 1-22, 2012.

_____; SKLAIR, J. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. **Cuadernos de Antropología Social**, nº 30, p. 119–136, 2009.

JOSÉ, B. K. **A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: USP, 2010.

LABATE, B.C. **Drogas, Políticas Públicas e Consumidores**. Mercado de Letras. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIO). Campinas – SP: Mercado de Letras; São Paulo: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), 2016.

LABCIDADE. **Região da Luz em disputa**: mapeamentos dos processos em curso. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

LANCETTI, A. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. São Paulo: Hucitec, 2015.

LUZ, Fórum Mundaréu da. **Projeto Campos Elíseos Vivo**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://mundareudaluz.files.wordpress.com/2018/03/final_caderno-plano-alternativo-luz_r1.pdf>. Acesso: 16 set. 2020.

MACHADO, L., BORINI, M. L. Política sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. **Psicologia: ciência e profissão**, p. 580-595, 2013.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MERCADO, L. P. L. Pesquisa Qualitativa On-Line Utilizando a Etnografia Virtual. **Revista Teias**, v. 13, n. 30, p 169-183, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24276/17255>>. Acesso: 20 set. 2020.

MILLER, Daniel. **Memes** – the moral police of the internet in the time of Covid-19. Abril 24, 2020. Disponível em: <<https://anthrocovid.com/2020/04/24/memes-the-moral-police-of-the-internet-in-the-time-of-covid-19>>. Acesso: 07 set. 2020.

NASCIMENTO, I. C. R. De Remoções e Resistência Urbana: o direito à cidade por meio do Fórum Mundaréu da Luz. In: **Anais do XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: a Cidade, o Urbano, o Humano**. Rio de Janeiro, 18 a 21 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://even3.blob.core.windows.net/anais/82918.pdf>>. Acesso: 17 set. 2020.

NAVES, G. A. Casa Paulista (Estado de São Paulo). **Radar PPP**, 2015. Disponível em: <<https://radarppp.com/resumo-de-contratos-de-ppps/casa-paulista-estado-de-sao-paulo/>>. Acesso: 19 set. 2020.

NOBRE, E. A. C. Políticas urbanas para o centro de São Paulo: Renovação ou Reabilitação? Avaliação das propostas da prefeitura do município de São Paulo de 1970 a 2004. **Revista Pós**, volume 16, nº 25, junho 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43617>>. Acesso: 19 set. 2020.

PEREIRA, A. L. S.; PALLADDINI, G. M. Parceria público-privada para construção de moradia popular: fundamentos institucionais para a expansão do mercado de habitação em São Paulo. **Cad. Metrop.** São Paulo, v. 20, n. 43, p. 879-903, 2018.

RAUPP, L; ADORNO, R. C. F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade

de São Paulo (SP, Brasil). *Temas Livres, Ciência saúde coletiva*, n 16, v. 5, p. 2613-2622, 2011.

RIBEIRO, M. M. **Drogas e redução de danos**: os direitos das pessoas que usam drogas. São Paulo: Saraiva, 2013.

RUI, T. C. Fluxos de uma territorialidade: duas décadas de “cracolândia” (1995-2014). In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR, Heitor. **Pluralidade urbana em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2016.

_____. **Corpos Abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Campinas: Unicamp, 2012.

SÃO PAULO, Governo de. Alckmin anuncia ampliação da PPP da Habitação na Luz: serão 1.642 apartamentos. **Portal do Governo do Estado de São Paulo**, 24 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/alckmin-anuncia-ampliacao-da-ppp-da-habitacao-na-luz-serao-1-642-apartamentos/>>. Acesso: 03 mar. 2020.

_____. PPP da Habitação promove sorteio de mais de 961 apartamentos na capital. **Portal do Governo do Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 de março de 2018. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/ppp-da-habitacao-promove-sorteio-de-mais-961-apartamentos-na-capital/>>. Acesso: 04 fev. 2020.

SEH – Secretaria Estadual de Habitação. **Edital de Concorrência Internacional nº 001/2014**. Parceria público-privada para concessão administrativa destinada à implantação de habitações de interesse social, habitação de mercado popular na região central da cidade de São Paulo e a prestação de serviços de desenvolvimento de trabalho social de pré e pós-ocupação, de apoio à gestão condominial e gestão de carteira de mutuários, e de manutenção predial. São Paulo: Secretaria Estadual de Habitação de São Paulo, 2014.

SILVA, S. L. **Mulheres da Luz**: uma etnografia dos usos e preservação no uso do “Crack”. Dissertação (Mestrado em Práticas de Saúde). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2000.

SOMBINI, E. A. W. **Política urbana em uma era neoliberal**: a parceria público-privada de habitação de interesse social da área central de São Paulo. XII Encontro

Nacional da ANPEGE. Porto Alegre, 2017.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TRINTA, D. R. F. **O “fim da Cracolândia”**: etnografia de uma aporia urbana. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Campinas: Unicamp, 2017.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, 25(71), p. 37-58, 2011.

Recebido: 11/11/2020

Aceito: 22/02/2021